



COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

P A R E C E R

Vem para análise e parecer desta Comissão, o Projeto de Lei nº 55/2023 de autoria do Vereador Cabo Cassol, que “Dispõe sobre a publicidade nos atos da Junta Administrativa de Recursos de Infrações – JARI.”

A Matéria foi objeto de análise pela Consultoria Jurídica, cujo parecer transcrevemos parcialmente:

“[...]”

Em primeiro lugar, deve-se dizer que o conteúdo proposto não é original, mas resultado de uma tendência geral de ampliar o acesso à informação, conferindo maior transparência e publicidade aos atos e decisões públicas, conforme estabelecido na Lei Federal nº 12.527 de 2011.

Segundo a justificativa do projeto, o objetivo seria dar publicidade às decisões das Juntas Recursais no Município, a fim de que os munícipes saibam o motivo pelo qual seus recursos foram negados, cumprindo assim com o princípio da publicidade.

...

A proposta é dotada de legitimidade municipal.

Sobre a legitimidade de o Município propor regras sobre a matéria, devemos observar que o artigo 30, inciso I, da Constituição Federal, autoriza os entes municipais a elaborar legislação própria para regular as questões que dizem respeito ao seu próprio interesse, o que certamente inclui a matéria em apreço – publicidade e transparência.



Câmara Municipal de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

...

Além do regramento acima encontramos também no artigo 37, da Constituição Federal, elementos que reforçam o atendimento do princípio constitucional da publicidade: [...]

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

...

Primeiramente, registra-se que a JARI tem como função principal julgar os recursos interpostos pelos infratores, contra as penalidades aplicadas pelos órgãos e entidades executivas de Trânsito do Município de Foz do Iguaçu, dentre outras funções previstas no artigo 1º do Decreto nº 16679 de 9 de agosto de 2005, no qual aprova o Regimento Interno da JARI.

Ao passo que, o projeto requer a publicidade dos atos da Junta Administrativa de Recursos e Infrações, pelo órgão ou entidade a ela vinculada, para que os munícipes saibam os motivos da denegação de seus recursos, seja por erro ou formal ou não procedência do fato em si.

Conforme aduz a legislação constitucional, é direito dos cidadãos receber dos órgãos públicos as informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado. (art. 5º, XXXIII, CF/88), sendo essencial a publicidade dos atos e decisões administrativas.



Câmara Municipal de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

Indo ao encontro à previsão constitucional, tem-se a Lei Federal nº 12.527 de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, nº inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal, no qual tem por objetivo garantir o direito constitucional de acesso dos cidadãos à informação pública, com a consequente publicidade dos atos públicos.

...

Portanto, é dever dos órgãos permitir o acesso às informações públicas aos cidadãos, independente de requerimento, a fim de garantir a transparência dos atos públicos.

Quanto à possível alegação de que o projeto estaria afrontando o princípio da separação dos poderes e violando a competência privativa do prefeito municipal, importante ressaltar que a obrigação do órgão ou entidade vinculado à JARI publicar as decisões administrativas, proposta pelo Poder Legislativo municipal, não fere o princípio da separação dos Poderes nem retira ou afeta as atribuições e prerrogativas legais do prefeito, portanto, o seu conteúdo legal não viola preceitos constitucionais e ainda favorece a transparência dos atos administrativos.

...

Isto posto, com base nas ponderações acima, conclui-se à digna relatoria que o presente Projeto de Lei nº 55/2023 se mostra legal, podendo tramitar regularmente neste organismo legislativo, eis que atende a legislação em vigor no país, em especial o artigo 30, inciso I, e 37 da Constituição Federal, artigo 4º, incisos I e II da Lei Orgânica Municipal e Lei Federal nº 12.527/2011."



Câmara Municipal de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

Assim, após a devida análise da Matéria e diante das considerações jurídicas apresentadas, esta Comissão se manifesta favorável à aprovação do Projeto de Lei nº 55/2023.

Sala das Comissões, 14 de março de 2024.

Yasmin Hachem
Vice-Presidente /Relatora

Protetora Carol Dedonatti
Presidente

Alex Mayer
Membro

/DV



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 4661-407A-3D63-E227

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



YASMIN HACHEM (CPF 439.XXX.XXX-05) em 14/03/2024 13:21:04 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



ALEX MEYER (CPF 051.XXX.XXX-00) em 18/03/2024 11:38:36 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



PROTETORA CAROL DEDONATTI (CPF 050.XXX.XXX-80) em 18/03/2024 12:44:26 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://fozdoiguacu.1doc.com.br/verificacao/4661-407A-3D63-E227>